

TEP Termoelétrica Potiguar S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas
em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre demonstrações financeiras individuais e consolidadas	10
Balancos patrimoniais	14
Demonstrações dos resultados	15
Demonstrações dos resultados abrangentes	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras	19

Senhores Acionistas,

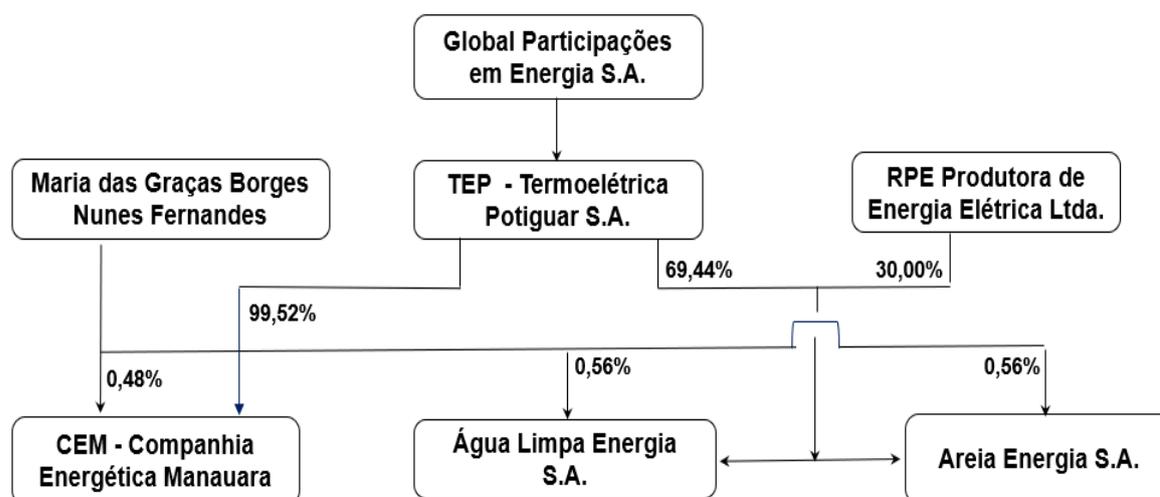
A Administração da TEP Termoelétrica Potiguar S.A. (TEP), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos senhores seu Relatório Anual, contendo uma síntese dos fatos ocorridos e julgados relevantes, e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A TEP iniciou suas atividades em janeiro de 2002, como Produtor Independente de Energia (PIE) e, posteriormente, participando societariamente em empresas dos segmentos de geração termoelétrica (UTES) e de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), nos estados do Amazonas e do Tocantins.

Em 23 de novembro de 2021, a **TEP** incorporou a GFT Participações S.A. (**GFT**) e a GFM Participações S.A. (**GFM**), constituídas em 09/02/2021, para adquirir participações minoritárias da própria **TEP** e da Companhia Energética Manauara (**CEM**), respectivamente 20% e 40%, detidas pela Petrobras, em processo amparado pelo Decreto 9.188/2017, que instituiu o desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais.

Assim, a TEP que já atuava como *holding*, ampliou sua participação no capital das sociedades, como indicado no organograma societário abaixo:



SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA

Ações adotadas pelo Grupo Global que contribuem para a busca por harmonia entre aspectos sociais, ambientais e econômicos e demonstram de que forma estão alinhadas com o conceito **ESG** – *Environmental, Social and Governance*.

A geração limpa e renovável das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) contribui para reduzir as emissões relativas do Grupo.

Ações de sustentabilidade corporativa encontradas em empresas do Grupo:

E/A (ambiental) - contribuições para minorar o efeito de seu processo produtivo no meio ambiente:

- adequada manutenção preventiva e preditiva de seus conjuntos geradores para garantir o consumo eficiente de combustível, controlado por indicador de meta;
- efetivo controle das emissões atmosféricas por meio de medições sistemáticas e monitoramento da qualidade do ar nas áreas de influência dos empreendimentos, buscando níveis mínimos;
- tratamento da água e reutilização dos efluentes do processo produtivo;
- preocupação com o descarte de resíduos, especialmente peças e componentes eletrônicos, dando-lhes a destinação adequada;
- manutenção e replantio de árvores do bioma do entorno das usinas do Grupo.

S (social) - atua valorizando a dignidade do ser humano, o meio ambiente e a gestão do patrimônio, voltando-se para o desenvolvimento da saúde, segurança e diversidade entre os colaboradores, bem como para atividades beneficentes na comunidade vizinha às usinas do Grupo e na sociedade em geral:

- o combate à discriminação constitui um valor da cultura do Grupo, não sendo admitidos *bullying*, assédio nem qualquer tipo de discriminação de crença, idade, sexo, orientação sexual etc.;
- apoio à inclusão social e diversidade no quadro de pessoal do Grupo, prevalecendo a meritocracia, a dedicação e o trabalho;
- atendimento às normas trabalhistas;
- valorização da segurança e da saúde no ambiente de trabalho, tendo a vida como um valor absoluto, promovendo condições de trabalho seguras e saudáveis e protegendo o meio ambiente;

- programas de recrutamento de jovens aprendizes e PcDs (Pessoas com Deficiência).

G (governança) - gestão de caráter preventivo e inibidora de ocorrências indesejáveis no contexto organizacional, tendo como princípios norteadores: equidade, transparência, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

- forte cultura organizacional, tendo conselho de administração ativo, sem envolvimento em fraudes ou escândalos;
- submissão das demonstrações financeiras ao exame de auditoria externa dentre as quatro grandes (*big four*);
- identificação antecipada dos riscos potenciais, análise e adoção de medidas preventivas aplicáveis na gestão de riscos;
- mitigação do risco de desvios éticos, apoiada por auditoria interna nas coligadas, assegurando tolerância zero para desvios;
- comunicação transparente e objetiva dos valores e compromissos, promovendo a influência positiva em todo o ambiente corporativo e nas relações, levando ao reconhecimento;
- existência de canais de denúncias, apuração sigilosa em alto nível e eventuais sanções sob decisão do Comitê de *Compliance*;
- minimização de falhas e ocorrência de fraudes, com base no Código de Conduta e arcabouço normativo formalizado;
- transparência entre as partes interessadas, informando fatos positivos e negativos, sem restrição, como condição fundamental para conquistar confiança interna e externa;
- estímulo ao aprendizado e busca de aprimoramento contínuo e incremental dos processos internos da organização;
- integração e balanceamento dos indicadores de desempenho por meio de metas empresariais (coletivas) e individuais, como desdobramento de metas empresariais.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2022, as usinas sob controle da TEP operaram conforme os parâmetros contratuais estabelecidos:

- As vendas decorreram da produção de energia elétrica das PCHs (Água Limpa Energia S.A. e Areia Energia S.A.), que injetaram no sistema 158.300 MWh (148.550 MWh, em 2021), incremento em razão do regime hidrológico favorável em 2022;
- Leasing financeiro e serviços de operação e manutenção da usina termoelétrica da Companhia Energética Manauara (CEM), que assegurou uma potência de 61,80 MW (61,84 MW, em 2021) à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), superando a disponibilidade contratual, gerando e injetando no sistema 541.375 MWh (541.776 MWh, em 2021).

Conforme prazos estabelecidos pela Resolução Normativa Aneel n. 696, de 15 de dezembro de 2015, em 2022 foi realizada a Revisão Periódica de Segurança de Barragem (RPS). Os Planos de Segurança de Barragem das usinas foram acompanhados pela empresa Geometrisa, que emitiu os Relatórios de Inspeção Regular (ISR) e os Relatórios de Auscultação Civil, estando a situação do empreendimento conforme os padrões normativos.

As autorizações das PCHs para atuação como PIE podem ser prorrogadas a pedido das Companhias e a critério da ANEEL. Não havendo prorrogação, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União ou poderá ser exigido que restabeleçam, por sua conta, o livre escoamento das águas.

A UTE Manauara possui contrato para o fornecimento exclusivo de energia firme (potência de 60 MW) à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, que incorporou a Amazonas Geração Transmissão S.A. (AmGT), sucessora da Amazonas Energia (AME). O contrato tem vigência por vinte anos e ao final (maio de 2025), os bens e instalações da UTE serão revertidos e passarão a integrar o patrimônio da Eletronorte, sem qualquer indenização. Em razão das obrigações e direitos estabelecidos em contrato, que dentre outras condições representa a transferência de riscos e benefícios relevantes, esta operação se caracteriza como arrendamento mercantil, sob a égide do CPC 06 (R2).

A CEM, em 2021, contratou a Wärtsilä para uma nova conversão de seus cinco conjuntos motores (quatro em operação e um reserva) para a modalidade SG, com operação com 100% gás natural, sem necessidade de compressor de gás. A conversão do último conjunto motor foi concluída em 30 de janeiro de 2022. Os motores convertidos tiveram seus horímetros zerados e voltaram ao estado de motores novos, com menor custo de operação e manutenção. O investimento total no projeto foi de R\$ 124 milhões. Considerou-se para viabilizar o projeto o

reembolso via Sub-rogação da Conta de Consumos de Combustíveis (CCC).

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As demonstrações financeiras acompanhadas do relatório dos auditores independentes, no entendimento da Administração, refletem adequadamente os controles e os valores contabilizados pela Companhia, registrando de forma objetiva todos os riscos e contingências associados ao negócio.

Considera-se que os indicadores econômico-financeiros, apurados no exercício findo de 2022, apresentaram-se adequados aos requisitos dos contratos de financiamentos e debêntures firmados pela TEP e suas Controladas, atendendo aos *covenants* preestabelecidos, possibilitando manutenção da adequada classificação dos saldos de financiamentos no longo prazo (passivo não circulante).

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas. O desempenho econômico-financeiro consolidado de 2022, comparativamente ao de 2021, está influenciado pela variação positiva do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) em 2022, que reajusta tarifas e serviços.

Observe-se a seguir os resultados consolidados de 2022, comparativamente com as informações relativas ao exercício de 2021 (entre parênteses):

Receita Operacional Líquida (ROL): R\$ 117,7 milhões (R\$ 105,1 milhões em 2021), registrando aumento de 12,0%, com destaque para a maior contribuição de sua controlada PCH Água Limpa.

Custos e Despesas Operacionais: R\$ 45,4 milhões (R\$ 53,1 milhões em 2021), refletindo uma variação favorável (redução) de 14,5%, que decorreu, principalmente, da redução nos gastos da controlada CEM, em razão da diminuição nos custos com operação e manutenção, justificado pela conversão dos motores cujos horímetros foram zerados, voltando à condição de motores novos.

EBITDA (Lucro antes dos Juros, Impostos e Depreciação/Amortização – medição não contábil calculada pela Administração para geração operacional de caixa): R\$ 80,1 milhões (R\$ 63,7 milhões em 2021), apresentando evolução favorável de 25,8%, em razão da combinação do aumento da ROL com a da redução nos custos e despesas operacionais.

Lucro Operacional: R\$ 72,4 milhões (R\$ 52,1 milhões em 2021), registrando incremento de 39,0%, evolução favorável refletindo a variação do lucro operacional, principalmente em razão da redução dos gastos na CEM, comentado acima.

Resultado Financeiro: superavitário, de R\$ 43,9 milhões (R\$ 59,1 milhões, em 2021). Evolução desfavorável de 25,8%, explicada pelo aumento mais acentuado das despesas financeiras em relação ao aumento das receitas financeiras.

Lucro Líquido do Exercício: R\$ 102,1 milhões (R\$ 105,9 milhões de 2021), apresentando redução de 3,5%, explicado pela redução do resultado financeiro combinado com aumento da tributação, compensando o aumento do resultado operacional.

Contas a Receber: R\$ 48,5 milhões (R\$ 46,1 milhões em 2021), apresentando uma discreta variação positiva de 5,3%, explicada principalmente pelo aumento do saldo de recebíveis a vencer em até dois meses nas controladas.

Capital de Giro: Capital Circulante Líquido, negativo de R\$ 12,6 milhões (positivo R\$ 86,1 milhões em 2021), uma redução de 114,7%, explicado pelo aumento do Passivo Circulante concomitante com redução do Ativo Circulante, sobretudo com aumentos nas rubricas de empréstimos e dividendos a pagar.

Endividamento consolidado: a dívida financeira líquida (empréstimos, financiamentos e mútuos com partes relacionadas, líquidos dos depósitos vinculados) atingiu o montante de R\$ 140,9 milhões (R\$ 260,8 milhões em 2021), registrando redução de 46,0% em razão da amortização de parcela da dívida.

Disponibilidades: (caixa e aplicações financeiras) totalizaram R\$ 38,3 milhões (R\$ 30,1 milhões em 2021), um incremento de 27,1%.

As projeções para o fluxo de caixa da Companhia, decorrente de gestão austera, preservando a confiabilidade dos ativos, denotam uma real capacidade de absorção da totalidade dos investimentos realizados, bem como para cumprir os compromissos até então assumidos junto aos credores e fornecedores.

Agradecimentos

A Administração agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na TEP Termoelétrica Potiguar S.A. no exercício social de 2022. Agradece ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

Salvador, 24 de março de 2023.

Jones Aranha de Sá
Presidente do Conselho de Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos acionistas e Administradores da
TEP Termoelétrica Potiguar S.A.**

Salvador, Bahia

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TEP Termoelétrica Potiguar S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TEP Termoelétrica Potiguar S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Término do arrendamento mercantil e avaliação sobre a utilização do pressuposto de continuidade operacional na controlada

Veja as Notas 1 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a controlada Companhia Energética Manauara (“CEM”) terá seu contrato de arrendamento financeiro junto à Eletronorte encerrado em maio de 2025, e com isso deverá transferir a usina de geração de energia elétrica e demais ativos atrelados ao contrato de arrendamento a arrendatária.</p> <p>Com o objetivo de avaliar o uso do pressuposto de continuidade operacional quando da preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas subsidiárias efetuaram análises sobre possíveis eventos ou condições que pudessem indicar incertezas significativas quanto a capacidade do Grupo de continuar operando dentro de um período futuro previsível.</p> <p>Devido à relevância, complexidade e o grau de julgamento envolvidos na determinação das premissas base dessa avaliação, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Obtivemos as análises de continuidade da Companhia, cobrindo pelo menos o período de doze meses após a data das demonstrações financeiras.– Avaliação das projeções de fluxo de caixa preparadas pela Companhia considerando:<ul style="list-style-type: none">(i) se as principais premissas que lhes serviram de base, como expectativa de entrada de caixa proveniente da geração de energia, de saída de caixa devido a compras de estoques e peças, custo de manutenção da usina e outras despesas operacionais são condizentes com o cenário atual e projetado;(ii) a consistência das projeções utilizadas na avaliação da continuidade operacional e se estão condizentes com as utilizadas na avaliação das demais empresas do grupo que estão encerrando seus contratos de fornecimento de energia;(iii) Avaliação da integridade aritmética dos cálculos(iv) Se o julgamento da Companhia sobre a inexistência de incerteza significativa sobre a capacidade de continuidade operacional é razoável com base nas premissas avaliadas acima.– Avaliamos ainda a adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a avaliação do pressuposto de continuidade da operacional e as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 24 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7



Hildebrando Oliveira de Abreu Filho
Contador CRC BA-029520/O-7

TEP Termoeletrica Potiguar S.A.

Balancos patrimoniais para os exercicios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativos	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivos	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021		
Circulantes						Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	5	381	9.318	38.280	30.113	Fornecedores	15	2	16	6.090	5.554
Depósitos bancários vinculados	6	-	-	6.263	6.093	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	81.296	76.208	147.204	120.483
Contas a receber	7	-	-	48.547	46.101	Obrigações sociais e trabalhistas		135	121	1.375	1.274
Arrendamento mercantil a receber	9	-	-	62.485	62.583	Obrigações tributárias		465	15	5.363	8.089
Impostos a recuperar	8	-	-	21.182	12.189	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	6.369	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		3.569	589	-	1.509	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19	52.286	17.680	55.842	22.239
Estoques		-	-	14.060	32.816	Outras contas a pagar		-	-	222	181
Dividendos e juros sobre capital próprio		36.156	27.102	-	-						
Outras contas a receber	11	416	455	19.021	52.483	Total dos passivos circulantes		134.184	94.040	222.465	157.820
Total dos ativos circulantes		40.522	37.464	209.838	243.887						
Não circulantes						Não circulantes					
Arrendamento mercantil a receber	9	-	-	74.782	124.445	Fornecedores	15	-	-	-	55
Impostos a recuperar	8	-	-	572	1.710	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	81.296	-	146.414
Depósitos judiciais		492	492	817	817	Impostos diferidos	17	-	-	14.403	17.209
Partes relacionadas	10	11.116	28.932	11.116	28.932	Outras contas a pagar		-	-	1.429	1.216
Outras contas a receber	11	-	416	33.303	34.158	Total dos passivos não circulantes		-	81.296	15.832	164.894
Investimentos	12	272.065	318.300	-	-						
Imobilizado	13	-	-	127.082	130.500	Patrimônio líquido					
Intangível	14	1.763	1.959	10.793	11.489	Capital social		106.002	106.002	106.002	106.002
Total dos ativos não circulantes		285.436	350.099	258.465	332.051	Reservas de lucros		85.772	106.225	85.772	106.225
						Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	19	191.774	212.227	191.774	212.227
						Participação de acionistas não controladores		-	-	38.232	40.997
						Total do patrimônio líquido	19	191.774	212.227	230.006	253.224
Total dos ativos		325.958	387.563	468.303	575.938	Total dos passivos e do patrimônio líquido		325.958	387.563	468.303	575.938

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TEP Termoeletrica Potiguar S.A.

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por lote de mil ações - em Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	21	-	-	117.737	105.142
Custos de operação e manutenção	22	-	-	(35.673)	(40.977)
Lucro bruto		-	-	82.064	64.165
Resultado de equivalência patrimonial	12	102.105	70.140	-	-
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	22	(1.279)	(1.210)	(1.995)	(12.280)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	-	1.257	(7.677)	205
Lucro antes do resultado financeiro		<u>100.826</u>	<u>70.187</u>	<u>72.392</u>	<u>52.090</u>
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	1.460	5.373	77.840	71.321
Despesas financeiras	23	(18.893)	(202)	(33.943)	(12.194)
Total		<u>(17.433)</u>	<u>5.171</u>	<u>43.897</u>	<u>59.127</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>83.393</u>	<u>75.358</u>	<u>116.289</u>	<u>111.217</u>
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social corrente	20	-	(919)	(31.551)	(26.966)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	2.837	6.828
Incentivo fiscal do imposto de renda	20	-	3	14.533	14.775
Total		<u>-</u>	<u>(916)</u>	<u>(14.181)</u>	<u>(5.363)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>83.393</u>	<u>74.442</u>	<u>102.108</u>	<u>105.854</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$				<u>0,963</u>	<u>0,999</u>
Lucro líquido do exercício atribuível a:					
Acionistas controladores				83.393	74.442
Acionistas não controladores				18.715	31.412
				<u>102.108</u>	<u>105.854</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TEP Termoelétrica Potiguar S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	83.393	74.442	102.108	105.854
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>83.393</u>	<u>74.442</u>	<u>102.108</u>	<u>105.854</u>
Lucro líquido do exercício atribuível a:				
Acionistas controladores			83.393	74.442
Acionistas não controladores			<u>18.715</u>	<u>31.412</u>
			<u>102.108</u>	<u>105.854</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TEP Termoeletrica Potiguar S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de lucros			Lucro acumulados	Atribuível a proprietários da controladora	Conciliação	Participação de acionistas não controladores	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva dos lucros retidos					
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>106.000</u>	<u>9.814</u>	<u>119.218</u>	<u>-</u>	<u>235.032</u>	<u>(31)</u>	<u>111.061</u>	<u>346.062</u>
Reorganização societária	4	(51.526)	-	(8.571)	-	(60.097)	-	(92.267)	(152.364)
Cessão de ações da TEP para acionista PF minoritário	4	-	-	-	-	-	-	1.830	1.830
Aumento de capital	4	51.528	-	(51.528)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	19	-	-	-	74.442	74.442	31	31.381	105.854
Destinação do lucro:									
Reserva legal	19	-	3.722	-	(3.722)	-	-	-	-
Reserva de lucros retidos	19	-	-	53.040	(53.040)	-	-	-	-
Dividendos adicionais de 2020 (R\$1,73 por lote de mil ações)	19	-	-	(19.470)	-	(19.470)	-	(6.629)	(26.099)
Dividendos adicionais de 2021 (R\$0,37 por lote de mil ações)	19	-	-	-	(17.000)	(17.000)	-	(81)	(17.081)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,91 por ação)	19	-	-	-	(680)	(680)	-	(4.298)	(4.978)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>106.002</u>	<u>13.536</u>	<u>92.689</u>	<u>-</u>	<u>212.227</u>	<u>-</u>	<u>40.997</u>	<u>253.224</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	83.393	83.393	-	18.715	102.108
Destinação do lucro:									
Reserva legal		-	4.170	-	(4.170)	-	-	-	-
Dividendos adicionais pagos de anos anteriores (R\$0,92 por lote de mil ações)		-	-	(84.040)	-	(84.040)	-	(13.324)	(97.364)
Dividendos adicionais a pagar de 2022 (R\$0,08 por lote de mil ações)		-	-	-	-	-	-	(8.156)	(8.156)
Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (R\$ 0,19 por ação)		-	-	-	(19.806)	(19.806)	-	-	(19.806)
Reserva de lucros retidos		-	-	59.417	(59.417)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>106.002</u>	<u>17.706</u>	<u>68.066</u>	<u>-</u>	<u>191.774</u>	<u>-</u>	<u>38.232</u>	<u>230.006</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TEP Termoeletrica Potiguar S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		83.393	74.442	102.108	105.854
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	22	196	196	7.681	11.567
Varição cambial líquida	23	-	-	1.849	(3.126)
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	16 e 23	17.541	2.438	29.887	12.853
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	16	801	-	1.368	956
Rendimento de depósitos bancários vinculados	23	-	-	(2.662)	(1.462)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	(2.837)	(6.676)
Reversão do ajuste a valor presente	23	-	-	(12.821)	(16.543)
Resultado da equivalência patrimonial	12	(102.105)	(70.140)	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		-	-	(2.030)	(2.248)
Arrendamento mercantil a receber		-	-	62.582	62.667
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-	-
Estoques		-	-	18.756	(21.715)
Impostos a recuperar e Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(3.138)	(569)	(32.849)	(30.159)
Dividendos recebidos		139.286	27.249	-	-
Outras contas a receber		455	455	33.901	31.935
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(14)	14	(1.368)	(3.226)
Impostos a recolher		608	(325)	34.838	26.594
Obrigações sociais e trabalhistas		14	3	101	163
Outras contas a pagar		-	-	254	(698)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>137.037</u>	<u>33.763</u>	<u>238.758</u>	<u>166.736</u>
Impostos de renda e contribuição social pagos		-	(230)	(4.670)	(5.715)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	16	(19.978)	-	(32.227)	(9.898)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>117.059</u>	<u>33.533</u>	<u>201.861</u>	<u>151.123</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado e intangíveis	13	-	-	(3.567)	(9.899)
Recebimento de empréstimo de partes relacionadas		-	2.322	2.492	2.322
Depósitos bancários vinculados		17.816	-	17.816	1.403
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>17.816</u>	<u>2.322</u>	<u>16.741</u>	<u>(6.174)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	(74.572)	-	(118.721)	(75.738)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	-	-	-
Captação de custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	-	-	-
Dividendos pagos	19	(69.240)	(27.604)	(91.714)	(40.139)
Pagamento de empréstimo de partes relacionadas		-	-	-	(4.720)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(143.812)</u>	<u>(27.604)</u>	<u>(210.435)</u>	<u>(120.597)</u>
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(8.937)</u>	<u>8.251</u>	<u>8.167</u>	<u>24.352</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	9.318	1.067	30.113	5.761
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	<u>381</u>	<u>9.318</u>	<u>38.280</u>	<u>30.113</u>
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(8.937)</u>	<u>8.251</u>	<u>8.167</u>	<u>24.352</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A TEP Termoelétrica Potiguar S.A. (“Companhia” ou “TEP”) é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela Global Participações em Energia S.A. (“GPE”), com sede em Salvador, Bahia, constituída em 10 de janeiro de 2002, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, sob a forma de Produtor Independente de Energia Elétrica (“PIE”), bem como a participação em outras empresas que tenham por objeto a geração e comercialização de energia elétrica em todo o território nacional.

A TEP possui participações societárias diretas nas seguintes empresas em 2022:

- Companhia Energética Manauara (“CEM”), sociedade anônima de capital fechado com sede em Manaus - Amazonas. A CEM é uma unidade termoelétrica (“UTE”) com capacidade instalada de 73.400 kW, gerada por meio de quatro de suas unidades motogeradoras de 18.350 kW, contando com uma quinta unidade motogeradora de contingência, nos termos Resolução Autorizativa ANEEL n° 608, de 13 de junho de 2006. A CEM iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006.
- Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte, com base no Contrato de Suprimento de Energia - 1.820/2005 (“Contrato”) firmado em 20 de maio de 2005, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios e vigência de 20 anos. Findo o prazo, a usina será revertida para o patrimônio da Eletronorte.
- Devido às obrigações e direitos estabelecidos no Contrato, a CEM é responsável pela operação e manutenção da usina, incluindo as manutenções preventivas e corretivas. A CEM também é responsável pela aquisição de insumos necessários para a geração, enquanto a Eletronorte é responsável pelo fornecimento do gás natural.
- A Eletronorte é responsável por operar e manter os equipamentos de conexão de sua propriedade e assegurar a conexão dos pontos de entrega de energia com o sistema elétrico. A operação caracteriza-se como arrendamento mercantil financeiro, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) (Operações de Arrendamento Mercantil), uma vez que o prazo do contrato se refere à maior parte da vida econômica do ativo, além de haver a transferência da propriedade da usina no fim do contrato, quando haverá uma notificação prévia à ANEEL.
- Água Limpa Energia S.A. (“AGL”) é uma sociedade por ações de capital fechado com sede em Dianópolis – Tocantins. Estabeleceu-se como PIE, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL n.º 422, de 23 de janeiro de 2006 e dispõe de uma pequena central hidrelétrica (“PCH”) no rio Palmeiras, com 14 MW de potência instalada. A autorização foi estabelecida com prazo original de 30 anos, podendo ser prorrogada, a pedido da Companhia e a critério da ANEEL, em conformidade com o previsto no § 1.º-A do Art. 2.º da Lei 12.783/2013. Por meio do Despacho n.º 921, de 5 de abril de 2022, o prazo de extensão de outorga foi alterado em 754 dias, passando para 21 de dezembro de 2040.

- A PCH Água Limpa entrou em operação comercial em 21 de dezembro de 2010, nos termos do Despacho ANEEL n.º 3.968, de 20 de dezembro de 2010, pelo prazo de 20 anos e vigência até 29 de outubro de 2030, no âmbito da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa.
- Areia Energia S A. (“ARE”) é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela TEP, com sede em Dianópolis – Tocantins. Estabeleceu-se como PIE, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL n.º 421, de 23 de janeiro de 2006 e dispõe de uma pequena central hidrelétrica (“PCH”) no rio Palmeiras, com 11,4 MW de potência instalada. A autorização foi estabelecida com prazo original de 30 anos, podendo ser prorrogada, a pedido da ARE e a critério da ANEEL, em conformidade com o previsto no § 1.º-A do Art. 2.º da Lei 12.783/2013. Por meio do Despacho n.º 921, de 5 de abril de 2022, o prazo de extensão de outorga foi alterado em 768 dias, passando para 25 de fevereiro de 2041.
- A PCH Areia entrou em operação comercial em 25 de fevereiro de 2011 nos termos do Despacho ANEEL n.º 838, de 24 de fevereiro de 2011, pelo prazo de 20 anos e vigência até 21 de janeiro de 2031, no âmbito da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa.
- Para as PCHs, ao final destes prazos, não havendo prorrogação, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados no balanço regulatório, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação regulatória apurada por auditoria do Poder Concedente, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL.

1.1 Mecanismo de Realocação de Energia

As Controladas Areia Energia S.A. e Água Limpa Energia S.A. fizeram opção por participar do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de ser inscrita e contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à Eletrobras que, por sua vez, é responsável por enviar às integrantes do MRE os montantes relativos ao custo (em caso de geração abaixo do contratado) ou receita (caso as empresas gerem energia acima do contratado). Essas controladas realizam a contabilização da provisão pela competência e, no fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido na fatura do ano subsequente.

1.2 Repactuação de Riscos Hidrológicos

Conforme estabelecido na Medida Provisória nº 688, em dezembro de 2015, o governo sancionou a Lei n.º 13.203 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015.

As Controladas AGL e ARE aderiram à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (“SP100”) ao Consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até o fim dos contratos de venda de energia.

Devido ao fato de que as Controladas AGL e ARE aderiram à repactuação em 2016 e os efeitos são retroativos a 2015, houve a contabilização da reversão do custo do *Generation Scaling Factor - GSF* de 2015 e, em contrapartida, a contabilização do custo do prêmio do ano.

Desde 2016, devido ao não recebimento do cálculo do custo/receita do MRE por parte da Eletrobras, as Controladas AGL e ARE contabilizaram uma provisão do saldo com base em estudos de consultoria energética e no montante do prêmio atualizado. Conforme repactuação assinada, a Eletrobras possui o direito de realizar o desconto do custo do MRE original de 2015 (considerando o GSF) nas faturas emitidas posteriormente, mas tal desconto começou a ser efetuado apenas em 2019.

O montante do GSF repactuado líquido do prêmio considerando as provisões do MRE na data base de 31 de dezembro de 2022 é positivo de R\$42 (negativo de R\$2.214 em 2021) para a ARE e negativo de R\$59 (negativo de R\$1.943 em 2021) para a AGL. As retenções dos valores devidos iniciaram em 2019. As controladas acompanham tais retenções com base na planilha de controle previamente divulgada pela Eletrobras.

No exercício de 2022, foram reconhecidos nos resultados das Controladas os montantes de R\$1.124 (R\$1.031, 2021) para a ARE e negativo de R\$1.504 (negativo de R\$1.381 em 2021) para a AGL, referente à provisão de receita do MRE de 2022, contabilizada líquida da despesa de apropriação do prêmio do risco hidrológico repactuado na rubrica de receita de vendas de energia.

Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei 14.182/2021 acerca da desestatização da Eletrobras, dentre outros temas. Em seu Art. 18, a referida lei alterou a Lei 13.203/2015 (Repactuação do Risco Hidrológico) no sentido de permitir a compensação de hidrelétricas participantes do MRE pelo GSF causado por hidrelétricas com prioridade de licitação e implantação antes de 2015 (data de início da repactuação de risco hidrológico firmada em 2016). Com base nesse novo marco legal, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE calculou que a fração do GSF de 2013 e 2014 relacionada a tais eventos trouxeram para as Companhias impacto financeiro atualizado de R\$ 4.152 da ARE e de R\$ 5.565 da AGL. Por sua vez, a ANEEL homologou o cálculo da CCEE e o transformou em prazo de extensão de outorga (768 dias – ARE e 754 dias - AGL), para sua devida compensação, publicando a Resolução Homologatória nº 2.932 em 17 de setembro de 2021. Para aceitar essa compensação, o agente deveria requerer a extensão de sua outorga e renunciar a qualquer pretensão judicial de limitação percentual de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, o que foram feitos pelas Controladas em outubro de 2021, com a apresentação do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga à ANEEL, dentro do prazo de 60 dias da publicação da Resolução Homologatória.

Apesar de a ANEEL ter homologado o valor calculado pela CCEE (R\$4.152 para ARE e R\$5.565 para AGL), as Controladas apontaram para a agência a necessidade de recalculer o correspondente prazo de extensão de outorga (768 dias para ARE e 754 dias para AGL, segundo REH 2.932/2021), de modo a considerar o novo termo final da autorização, posto que este foi alterado pela Resolução Autorizativa n.º 11.131/2022 ainda em fevereiro. O Pedido de Reconsideração da Companhia foi reconhecido pela ANEEL pelo Despacho n.º 921, de 5 de abril de 2022, e a CCEE apresentou novos cálculos às áreas técnicas da agência. Entretanto, por razões de erros identificados em processos de outros agentes, até hoje não foi divulgado o novo prazo de extensão de outorga (necessariamente maior que os 768 dias para ARE e 754 dias para AGL originais), nem foi publicado o ato autorizativo com o devido ajuste do termo final da outorga das PCHs Areia e Água Limpa.

Desta maneira, as Controladas reconheceram um ativo intangível constituído pela repactuação do risco hidrológico ao valor justo (R\$ 4.152 – ARE e R\$ 5.565 - AGL), considerando as informações calculadas pela CCEE e ANEEL e observando os aspectos e condições previstas no CPC04 – Ativo Intangível. O valor está sendo amortizado à taxa de 5,41% (6,93%, em 2021) para ARE e 5,46% (7,05%, em 2021) para AGL ao ano até 25/02/2041 na ARE e 21/12/2040 na AGL. Em dezembro de 2022, já havia sido amortizado o montante de R\$213 (R\$87, em 2021) na ARE e R\$287 (R\$116, em 2021) na AGL. Entende-se que o recálculo previsto do prazo de extensão não altera o valor do ativo intangível divulgado e reconhecido.

1.3 Finalização do arrendamento mercantil da controlada CEM

Toda a energia firme gerada pela controlada é transferida para a Eletronorte, com base no Contrato firmado em 20 de maio de 2005, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios e vigência de 20 anos. Findo o prazo, a usina será revertida para o patrimônio da Eletronorte.

A expectativa da Administração é de descontinuidade operacional da controlada, após o encerramento do contrato (maio de 2025).

A Administração analisou as principais rubricas do Balanço Patrimonial de modo a assegurar o cumprimento de todos os compromissos assumidos diante de provável descontinuidade operacional da Companhia, após o encerramento do Contrato.

A administração vem trabalhando na elaboração de um plano de reestruturação de sua operação com expectativa de aprovação e divulgação do mesmo no segundo semestre de 2025.

Baseado em sua análise, a Administração está convencida de que poderá cumprir todas as obrigações assumidas junto aos bancos, fornecedores e demais credores, da unidade geradora de caixa que poderá ser descontinuada, conforme as projeções financeiras, materializadas em planejamento de fluxos de caixa da Companhia e em seu plano plurianual de negócios.

1.4 Continuidade Operacional

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que haja intenção de cessar suas operações e liquidar a Companhia e suas Controladas.

Os responsáveis pela governança da Companhia, responsáveis pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis, destacam que a expectativa da Administração é de descontinuidade operacional para a Controlada CEM, após o encerramento do contrato (maio de 2025).

Para as controladas AGL e ARE, a Lei 14.120/2021 alterou o art. 26 da Lei n.º 9.427/1996, permitindo ao gerador com autorização de 30 (trinta) anos, cuja usina estava em operação em 1.º de setembro de 2020 e que não tenha sido objeto de qualquer espécie de penalidade pela ANEEL quanto ao cumprimento do cronograma de sua implantação, ter seu prazo de autorização contado a partir da declaração da operação comercial da primeira unidade geradora, após o reconhecimento pela ANEEL do atendimento aos critérios. Em julho de 2021, a Companhia solicitou a adequação de sua autorização com base no novo marco legal. Em outubro daquele ano, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração atestou que a usina não foi punida por atrasos de implantação. Após apreciação de outra área técnica e, também da Diretoria, finalmente em 8 de fevereiro de 2022 a ANEEL aprovou a Resolução Autorizativa n.º 11.131/2022 (publicada em 23/02/2022), que estabelece nova vigência da autorização da Companhia até 21/12/2040 para AGL e 25/02/2041 para ARE.

Baseado em sua análise, a Administração está convencida que, apesar de uma redução significativa de suas operações a partir de 2025 com o encerramento do contrato de concessão de sua controlada CEM, poderá cumprir todas as obrigações assumidas junto aos bancos, fornecedores e demais credores, das unidades geradoras de caixa que poderá ser descontinuada, conforme as projeções financeiras, materializadas em planejamento de fluxos de caixa da Controlada CEM e em seu plano plurianual de negócios.

Conforme citado anteriormente, A controlada CEM possui previsão do encerramento do contrato de arrendamento em maio de 2025, e caso não haja investimento em novo negócio pela TEP, a Companhia manterá a gestão das PCHs até o encerramento dos seus contratos, período o qual irá garantir os investimentos necessários nestas duas geradoras.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as normas da ANEEL, quando estas não forem conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 24 de março de 2023, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Por esta razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente.

Julgamento

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

A Companhia não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação e realização do arrendamento mercantil financeiro, a recuperação do valor dos ativos, incluindo:

- **NE n.º 9** – Arrendamento mercantil financeiro CPC06 (R2);

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo.

Isso inclui uma equipe interna de avaliação que possui a responsabilidade de revisar por meio de seus modelos todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração de valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

3 Sumário das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Base para consolidação

As demonstrações financeiras das controladas da AGL, ARE e CEM são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Controladora obteve controle.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora TEP, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método da equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas, custos ou despesas não realizadas, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações como investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora nas controladas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor justo por meio de resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza anualmente uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Inclui-se questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia mantém os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e a valor justo.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base numa análise prospectiva dos saldos vencidos e a vencer com base no histórico de perda com clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Controlada CEM. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Arrendamento mercantil

Arrendador

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o exercício do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia retém, substancialmente, os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

No caso da controlada CEM, o seu parque gerador está contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a Eletronorte e, no fim do contrato, esses bens serão transferidos à contratante.

O contrato com a Eletronorte, entre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes e, portanto, configurou-se como um contrato de arrendamento financeiro.

Na contabilização inicial, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento mercantil a receber, utilizando-se uma taxa de 8,08% ao ano, que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela controlada em contrapartida do patrimônio líquido.

Nos exercícios seguintes, o saldo a receber é ajustado pelos recebimentos das parcelas da contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

Estoques

São registrados pelo custo de aquisição e sua realização se dá através da média ponderada do custo de aquisição. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL n.º 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente de energia. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Instrumentos financeiros

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Instrumentos não financeiros

O valor recuperável de um ativo imobilizado é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O valor recuperável de um ativo deve ser estimado para cada uma das unidades que geram caixa (UGC). Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. A Companhia avalia, ao menos na data do balanço, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Intangível

Formado por gastos com direitos de outorga, de uso de software e de direito de passagem, que são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa n.º 14.

Foi reconhecido um ativo intangível pela repactuação do risco hidrológico ao valor justo (R\$ 4.152 – ARE e R\$ 5.565 - AGL), considerando as informações calculadas pela CCEE e ANEEL e observando os aspectos e condições previstas no CPC04 – Ativo Intangível. O valor está sendo amortizado à taxa de 5,41% (6,93%, em 2021) para ARE e 5,46% (7,05%, em 2021) para AGL ao ano até 25/02/2041 na ARE e 21/12/2040 na AGL. Em dezembro de 2022, já havia sido amortizado o montante de R\$213 (R\$87, em 2021) na ARE e R\$287 (R\$116, em 2021) na AGL. Ver nota explicativa n.º 1.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

A controlada CEM possui os benefícios da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC para a aquisição de insumos e óleo combustível necessário para a geração e o benefício da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração.

Imposto de renda e contribuição social - Corrente

As despesas de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

Para a controlada CEM, tributada com base no lucro real, as alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A controlada CEM goza de benefício fiscal para investimento na Região Norte (SUDAM) para geração de energia, correspondente a redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência de dez anos a partir de 2007, renováveis por igual período. A controlada CEM efetuou a renovação do benefício em 2017 com término em 2026. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A controlada CEM faz uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac com base na lei de incentivo fiscal n.º 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para este fim.

Nos exercícios de 2021 e 2022, as controladas AGL e ARE adotaram o lucro presumido como forma de apuração tributária.

As alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para base de cálculo do IRPJ e 12% para base de cálculo da CSLL aplicáveis sobre a receita bruta das Controladas; sobre tais bases aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL, assim como determina a legislação tributária aplicável a empresas enquadradas no lucro presumido.

Incluem-se na base de cálculo do IRPJ e da CSLL as receitas financeiras incorridas no período; estas não possuem margem para redução de lucro, aplicando-se diretamente as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos

O tributo diferido da CEM é reconhecido com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os valores correspondentes usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Para as controladas AGL e ARE, o tributo vinha sendo contabilizado e realizado até 2015, mas com a adoção do lucro presumido em 2016 (em que não existe a figura do tributo diferido), não houve novas adições no ano e a realização foi por meio da venda do prejuízo fiscal e base negativa para a parte relacionada Companhia Energética Potiguar.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos resultados projetados da Companhia.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto do fluxo de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Uma provisão deve ser reconhecida quando a Companhia e suas Controladas:

- (a) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

O contrato de comercialização de energia elétrica é realizado no ambiente regulado, estando integralmente registrado na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contabilização e liquidação do sistema interligado nacional.

Para as controladas ARE e AGL

A comercialização de energia elétrica é realizada no Ambiente de Comercialização Regulado – ACR, sendo resultado da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa, de modo que o preço da energia foi estabelecido no processo licitatório e anualmente é reajustado por IGP-M. Os contratos Proinfa foram firmados com a Eletrobras que, por sua vez, possui os volumes registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contabilização e liquidação do sistema interligado nacional. Os custos do Proinfa são rateados entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional, proporcionalmente ao consumo verificado.

As controladas ARE e AGL possuem receita fixa correspondente ao produto do preço pela energia contratada. Ocorre que as controladas ARE e AGL participam do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, onde é compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Deste modo, as medições do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e contabilizadas pelas Controladas ARE e AGL por competência e, ao fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido nas faturas do ano subsequente.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados ao cliente de acordo com a metodologia e preço estabelecido no contrato com a Eletrobras, somado aos ajustes financeiros resultantes do MRE e contabilização na CCEE.

Os mecanismos explicados acima resultam em um tipo de fluxo de receita, como segue:

- **Receita com venda de energia:** refere-se à integralidade da energia contratada pela Eletrobras (preço x energia contratada).

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de compra e venda de energia no âmbito do Proinfa. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Para a controlada CEM

Os contratos de comercialização de energia elétrica são realizados nos ambientes comerciais abertos e regulados do Brasil, estando integralmente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), agente responsável pela contabilidade e liquidação do sistema integrado nacional.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física (geração), ajustada às perdas proporcionais relacionadas ao sistema informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados ao cliente de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustados aos montantes de energia efetivamente gerados, quando aplicável. Esses ajustes decorrem dos mecanismos da CCEE que verificam a exposição líquida da Controlada CEM (venda, geração e compras), denominados balanço de energia, que credita ou debita a diferença entre a venda da Companhia e a geração efetiva, geralmente pelo valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Os mecanismos explicados acima resultam em dois tipos de fluxos de receita, como segue:

- **Receita com venda da potência contratada (obrigações de desempenho ao longo do tempo):** refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos, dentre eles: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos de seguros e garantias da usina; e (v) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto dos contratos de venda de energia elétrica.

As receitas oriundas dos reembolsos dos custos com operação e manutenção e combustíveis são reconhecidas progressivamente quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador, após sua autorização formal, conforme previsto em contrato mencionado na nota explicativa n.º 1.

- **Receita com venda de energia (obrigação de desempenho em momento do tempo):** refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios

A receita é reconhecida na extensão em que se transfere o controle do produto ou serviço e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A controlada CEM avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou não vigentes

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia e suas Controladas não adotaram as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia e suas controladas são os seguintes:

(a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

Norma	Correlação IASB	Descrição da alteração	Vigência
CPC 25	IAS 37	- Especificação de quais custos uma entidade deve incluir como custo de cumprimento de um contrato ao avaliar se um contrato é oneroso.	
CPC 27	IAS 16	- Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo, no resultado.	01/01/2022
CPC 15 (R1)	IFRS 3	- Referências à Estrutura Conceitual.	
CPC 37 (R1) CPC 48 CPC 29	IFRS 1 IFRS 9 IAS 41	- Melhorias anuais às normas IFRS (IFRS 1, IFRS 9 e IAS 41).	

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022, Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2023:

Norma	Correlação IASB	Descrição da alteração	Vigência
CPC 11	IFRS 4	- Adiamento da Isenção temporária do CPC 48.	
CPC 47	IFRS 1	- Correção de inconsistência identificada no texto do Pronunciamento Técnico CPC 47.	
CPC 32	IAS 34	- Tributos diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	01/01/2023, exceto para os CPCs 47 e 48 que possuem vigência imediata.
CPC 23 CPC 26 (R1) CPC 40 (R1) CPC 49 CPC 21 (R1) CPC 37 (R1)	IFRS 3 IAS 1 IAS 8 IFRS 7 IAS 26 IAS 12	- Sobre definição e divulgações de Políticas Contábeis.	

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

A administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em períodos futuros.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Percentual de participação	
	2022	2021
	Direta	Direta
<i><u>Pequenas centrais hidroelétricas (PCH)</u></i>		
Água Limpa Energia S.A.	69,44%	69,44%
Areia Energia S.A.	69,44%	69,44%
<i><u>Termoelétricas (UTE)</u></i>		
Companhia Energética Manauara	99,52%	99,52%

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas uniformemente nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Todos os saldos e transações entre as empresas e saldos residuais de ativo diferido das controladas foram eliminados na consolidação.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	-	2	2	10
Aplicações financeiras de alta liquidez	381	9.316	38.278	30.103
Total	381	9.318	38.280	30.113

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados a taxa de 96% a 113,86% da remuneração dos Certificados de Depósito Interfinanceiros (CDI), Operações Compromissadas com taxa de 70% da remuneração dos Certificados de Depósito Interfinanceiros (CDI) e Fundos de Investimento que buscam superar a rentabilidade de 100% da remuneração dos Certificados de Depósito Interfinanceiros (CDI) em 31 de dezembro de 2022 (96% a 113,86% em 2021).

6 Depósitos bancários vinculados

	Consolidado	
	2022	2021
Banco do Brasil S.A.	6.263	6.093
Total	6.263	6.093

Aplicação na forma de um CDB dado como garantia ao financiamento contratado com o Banco do Brasil, conforme a nota explicativa n.º 16. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o rendimento foi de 96% CDI.

7 Contas a receber

	Consolidado	
	2022	2021
Valores a vencer	48.547	46.101

Os saldos a receber são na sua totalidade com a Eletronorte e com a Eletrobras e não contêm valores vencidos, mas somente valores a vencer em menos de dois meses.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS sobre ativo imobilizado	-	-	-	224
PIS sobre faturamento	-	-	466	2.151
COFINS sobre ativo imobilizado	-	-	-	1.033
COFINS sobre faturamento	-	-	17.452	9.888
ICMS a recuperar	-	-	96	-
Outros	-	-	2	3
Total	-	-	18.016	13.299
Circulante	-	-	21.182	12.189
Não circulante	-	-	572	1.710
Total	-	-	21.754	13.899

Os saldos de COFINS e PIS são oriundos, substancialmente, da controlada CEM e referem-se as retenções de recebimentos da Eletronorte, os quais são compensados com obrigações de tributos federais. Em função dos custos com a conversão dos motores, a Companhia utilizou créditos não cumulativos, acumulando as retenções na fonte da Eletronorte, iniciando suas compensações a partir de 2022.

Em 2022, a controlada CEM obteve a habilitação dos créditos tributários na Receita Federal do Brasil através dos processos decorrentes da decisão judicial, dos quais já foram parcialmente compensados através de PerDcomps em 2022.

A administração através de suas projeções entende que todo os saldos de impostos a recuperar serão compensados no transcorrer de 2023.

9 Arrendamento mercantil a receber

Com base nas considerações da nota explicativa n.º 2, a Controlada CEM reconheceu, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento mercantil, líquido de impostos, como contas a receber.

A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos recebíveis de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data base:

	Consolidado	
	2022	2021
Ano de vencimento		
2022	-	62.583
2023	62.485	62.485
2024	62.385	62.385
2025	26.178	26.178
Subtotal	151.048	213.631
Ajuste ao valor presente	(13.781)	(26.603)
Total	137.267	187.028
Circulante	62.485	62.583
Não circulante	74.782	124.445
Total	137.267	187.028

A movimentação do saldo está apresentada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2020	220.269
Reapresentação CPC06 (R2) da CEM	12.883
Reversão de ajuste a valor presente	16.543
Baixa por realização	<u>(62.667)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	187.028
Reversão de ajuste a valor presente	12.821
Baixa por realização	<u>(62.582)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u><u>137.267</u></u>

Em 31 de dezembro de 2022, a Controlada CEM reconheceu uma receita de juros sobre recebíveis de arrendamento de R\$ 12.821 (R\$ 16.543 em 2021).

Modificação dos motogeradores

O aditivo contratual entre a controladora CEM e Eletronorte foi assinado em setembro de 2020, aprovando a conversão dos motogeradores, sendo essa a data efetiva de modificação do contrato de arrendamento conforme determina o CPC 06. A modificação do arrendamento financeiro não caracterizou um arrendamento separado (novo), como também, não gerou uma alteração de classificação do arrendamento original para um contrato de arrendamento operacional. Diante dessas circunstâncias, o CPC 06 determina que o arrendador deva aplicar os requisitos do CPC 48 Instrumentos Financeiros, ou seja, avaliar se o instrumento financeiro original (a receber do arrendamento) sofreu modificação substancial qualitativa e quantitativa, ao ponto de ser considerado extinto, e conseqüentemente substituído por um novo instrumento financeiro mensurado ao valor justo.

A administração efetuou as devidas análises e concluiu que as características do contrato original foram mantidas e que não houve qualquer alteração no fluxo de caixa contratual original, desta forma a modificação não gerou impactos contábeis. No entanto, o aditivo contratual adiciona o serviço de conversão dos motogeradores que foi avaliado pelo CPC 47 Receita de Contrato com Clientes, em 2022 a controladora CEM reconheceu uma receita pela prestação de serviço atrelada a conversão no montante de R\$124.394 mais atualizações. No exercício de 2023 a controladora CEM não reconheceu receita referente a esse tipo de prestação de serviço.

10 Saldos e transações com partes relacionadas

			Controladora					
			2022			2021		
Ref.	Encargos incidentes		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Mútuo</u>								
RPE - Produtora de Energia Eletrica	(a)	IGPM	11.116	-	1.670	28.932	-	5.374
<u>Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar</u>								
Global Participações em Energia S.A.	(b)		-	46.848	-	-	15.841	-
Fernando W. Magalhaes Filho	(b)		-	5.264	-	-	1.779	-
José Cordeiro de Almeida Neto	(b)		-	174	-	-	60	-
			-	52.286	-	-	17.680	-
Circulante			-	52.286		-	17.680	
Não Circulante			11.116	-		28.932	-	
Total			11.116	52.286		28.932	17.680	

			Consolidado					
			2022			2021		
Ref.	Encargos incidentes		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Outras contas a receber</u>								
Companhia Energética Potiguar	(c)	sem encargos	417	-	-	870	-	-

			Consolidado					
			2022			2021		
Ref.	Encargos incidentes		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Mútuo</u>								
RPE - Produtora de Energia Eletrica	(a)	IGPM	11.116	-	1.670	28.932	-	5.374
<u>Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar</u>								
Global Participações em Energia S.A.	(b)		-	46.848	-	-	15.841	-
RPE - Produtora de Energia Eletrica	(b)		-	3.357	-	-	4.397	-
Fernando W. Magalhaes Filho	(b)		-	5.264	-	-	1.779	-
José Cordeiro de Almeida Neto	(b)		-	174	-	-	60	-
			-	55.842	-	-	22.239	-
Circulante			-	55.842		-	22.239	
Não Circulante			11.116	-		28.932	-	
Total			11.116	55.842		28.932	22.239	

			Consolidado					
			2022			2021		
Ref.	Encargos incidentes		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Outras contas a receber</u>								
Companhia Energética Potiguar	(c)	sem encargos	856	-	-	1.789	-	-

- (a) Valores emprestados à RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda. para aporte nas controladas AGL e ARE de acordo com “Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos” firmado sobre os direitos das outorgas das PCHs Água Limpa e Areia, com vencimento em 14/11/2023.
- (b) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar conforme estabelecido em Atas em nota explicativas n.º 19.
- (c) Outras contas a receber em função da venda do prejuízo fiscal e base negativa para a parte relacionada Companhia Energética Potiguar (“CEP”), da Controladora e suas controladas Água Limpa Energia S.A. e Areia Energia S.A., em 71 parcelas mensais e consecutivas a partir de janeiro de 2018.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração das Controladas são fixados em assembleia geral de acionistas, enquanto a remuneração, tanto fixa quanto variável, da diretoria executiva é determinada pelo Conselho de Administração.

Durante o exercício de 2022 foram pagos:

- **Para CEM** - o montante de R\$1.031, sendo R\$752 de remuneração fixa e R\$279 de remuneração variável (31 de dezembro de 2021, R\$749, sendo R\$ 517 de remuneração fixa e R\$ 232 de remuneração variável);
- **Para ARE** – o montante de R\$576, sendo R\$444 de remuneração fixa e R\$132 de remuneração variável (31 de dezembro de 2021, R\$396, sendo R\$ 300 de remuneração fixa e R\$ 96 de remuneração variável);
- **Para AGL** – o montante de R\$576, sendo R\$444 de remuneração fixa e R\$132 de remuneração variável (31 de dezembro de 2021, R\$396, sendo R\$ 301 de remuneração fixa e R\$ 95 de remuneração variável).

A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

11 Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Eletrobras - CCC-ISOL (a)	-	-	-	640
Adiantamento a fornecedor	-	-	32	7.331
Despesas antecipadas	-	-	1.185	557
Créditos tributários PERT (b)	416	871	855	1.790
MRE - Mecanismo de Realocação de Energia (c)	-	-	49	4.128
Reembolso na conversão do motores - CPC48 (d)	-	-	50.154	72.162
Outras contas a receber	-	-	49	33
Total	416	871	52.324	86.641
Circulante	416	455	19.021	52.483
Não circulante	-	416	33.303	34.158
Total	416	871	52.324	86.641

- (a) A CCC-ISOL é um encargo criado pela Lei nº 5.899/1973 (Lei de Itaipu) com a finalidade de subsidiar a compra dos combustíveis para geração de usinas termelétricas para os Sistemas Isolados (S-ISOL), localizados principalmente na região Norte do Brasil. O óleo combustível é pago pela controlada CEM diretamente ao fornecedor e reembolsado pela CCC-ISOL e o gás natural é entregue a controlada CEM para industrialização por conta e ordem da Eletronorte, não sendo um custo do processo.
- (b) Contas a receber da Companhia Energética Potiguar referente à venda de Prejuízos Fiscais e Base Negativa para utilização no PERT - Parcelamento Especial de Regularização Tributária.

- (c) Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que, quando um dos consorciados não conseguir suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio. Deste modo, no ano de 2022 a controlada ARE teve balanço positivo nas operações do MRE, enquanto que a AGL teve um balanço negativo. No Mercado de Curto Prazo e repactuação do risco hidrológico, foi registrado, portanto, uma receita na rubrica "MRE" na ARE e um custo na AGL. Os valores são liquidados no ano seguintes, em 12 parcelas igual e atualizadas pelo IGPM.
- (d) A Companhia implantou com a conversão dos motores em 2021 o CPC48 – Instrumentos Financeiros, pelo qual todos os custos da conversão foram reconhecidos no resultado à medida que cada motor convertido entrava em operação. Da mesma maneira, a receita de sub-rogação referente ao reembolso da CCC foi reconhecida no contas a receber como prestação de serviços à Wartsila e avaliada pelo CPC 47 Receita de Contrato com Clientes, que será recebida mensalmente até maio de 2025. Ver Nota Explicativa n.º 1 para mais esclarecimentos.

12 Investimentos

Participação em sociedades controladas

	2022					
	Quantidade de ações	Participação da TEP	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro líquido
Companhia Energética Manauara	45.000	99,52%	50.000	188.147	(101.120)	60.529
Água Limpa Energia S.A.	41.288	69,44%	41.288	64.341	(39.282)	34.481
Areia Energia S.A.	39.954	69,44%	39.954	57.809	(29.418)	25.810

	2021					
	Quantidade de ações	Participação da TEP	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro líquido
Companhia Energética Manauara	45.000	99,52%	50.000	228.738	(21.866)	42.292
Água Limpa Energia S.A.	41.288	69,44%	41.288	69.142	(20.149)	33.378
Areia Energia S.A.	39.954	69,44%	39.954	61.417	(15.532)	25.851

Movimentação dos investimentos em controladas

	AGL	ARE	CEM	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	39.140	35.768	118.436	193.344
Aquisição de participação societária	-	-	94.717	94.717
Cessão de ações para M ^a das Graças	(374)	(333)	(1.098)	(1.805)
Resultado de equivalência patrimonial	23.350	18.085	28.705	70.140
Dividendos recebidos	(14.104)	(10.873)	(13.119)	(38.096)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	48.012	42.647	227.641	318.300
Resultado de equivalência patrimonial	23.944	17.922	60.239	102.105
Dividendos recebidos	(27.277)	(20.427)	(100.636)	(148.340)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	44.679	40.142	187.244	272.065

13 Imobilizado

	Consolidado										
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Reservatório barragens e adutoras	Computadores e periféricos	Adiantamento a fornecedor e Almoarifado	Imobilizado em curso	Veículos	Monstagens e instalações	Total
Taxa de depreciação anual	4,34%(*)	4,85%(*)	10%	4,82%(*)	4,37%(*)	20%	(a)	-	20%	-	
<u>Custo corrigido</u>											
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.313	41.926	360	96.953	97.227	419	106.483	-	65	-	344.746
Adições	-	7	8	90	-	77	-	-	-	-	182
Transferências	-	-	-	-	-	-	(96.070)	-	-	-	(96.070)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.313	41.933	368	97.043	97.227	496	10.413	-	65	-	248.858
Adições	-	240	4	186	-	182	13.328	6	-	45	13.991
Baixa	-	-	-	-	-	(11)	(10.413)	-	-	-	(10.424)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.313	42.173	372	97.229	97.227	667	13.328	6	65	45	252.425
<u>Depreciação acumulada</u>											
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(598)	(18.474)	(281)	(43.545)	(44.070)	(227)	-	-	(40)	-	(107.235)
Adições	(57)	(2.034)	(19)	(4.685)	(4.248)	(67)	-	-	(13)	-	(11.123)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(655)	(20.508)	(300)	(48.230)	(48.318)	(294)	-	-	(53)	-	(118.358)
Adições	(34)	(2.072)	(20)	(3.038)	(1.735)	(85)	-	-	-	(1)	(6.985)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(689)	(22.580)	(320)	(51.268)	(50.053)	(379)	-	-	(53)	(1)	(125.343)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2022	624	19.593	52	45.961	47.174	288	13.328	6	12	44	127.082
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2021	658	21.425	68	48.813	48.909	202	10.413	-	12	-	130.500

(*) As c(*) onroladas AGL e ARE realizam o cálculo da depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL n.º 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso, e estão apresentados pela taxa média utilizada. As taxas médias anuais de depreciação, em razão da nova vigência no prazo da autorização regulatória até 21/12/2040 (AGL) e 25/02/2041 (ARE), foram revisadas para o exercício de 2022, reduzindo o valor da quota anual em relação a 2021.

Transferência do Imobilizado para adiantamento a fornecedor dos adiantamentos já baixados referente a conversão dos motores e registrados como custos operacionais. Estoque com expectativa de utilização com mais de 12 meses, conforme estabelece o Pronunciamento CPC 27 – Imobilizado, item 8.

Perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia revisa anualmente os valores contábeis dos ativos imobilizados para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável.

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia e suas controladas continuarão a monitorar os resultados dos próximos períodos, a fim de acompanhar a razoabilidade das premissas e projeções futuras utilizadas.

14 Intangível

	Taxas anuais de amortização	2022		2021	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<u>Controladora</u>					
Direitos de outorga	4,8%	4.100	(2.337)	1.763	1.959
<u>Consolidado</u>					
Direito de uso de software	20%	41	(39)	2	2
Direito de passagem - servidões	4,8%	26	(13)	13	13
Direitos de outorga	4,8%	4.100	(2.337)	1.763	1.959
Direito das autorizações	5,46% e 5,41%	9.717	(702)	9.015	9.515
Total		<u>13.884</u>	<u>(3.091)</u>	<u>10.793</u>	<u>11.489</u>

Gastos com direito de uso de software, direito de passagem na constituição de faixa de servidão para as linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Controlada ARE e direito de outorgas correspondente a 70% dos direitos das PCHs Água Limpa e Areia, adquiridos pela TEP conforme “Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos” firmado com RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda., deduzidos da amortização acumulada, calculado de forma linear pelo prazo remanescente de autorização, a partir da data de entrada em operação das PCHs.

O direito de autorizações, formado pela extensão das autorizações da resolução homologatória 2.932/2021, está sendo amortizado à taxa de 5,46%a.a. (AGL) e 5,41%a.a. (ARE) e 7,05%a.a. (AGL) e 6,93%a.a. (ARE), em 2021, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, até 21/12/2040 (AGL) e 25/02/2041 (ARE). Ver nota explicativa n.º 1 para mais informações.

A movimentação do saldo do intangível foi assim constituída:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.155	2.171
Adições	-	9.717
Amortização	<u>(196)</u>	<u>(399)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.959	11.489
Amortização	<u>(196)</u>	<u>(696)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>1.763</u></u>	<u><u>10.793</u></u>

15 Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2022	2021	2022	2021
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (a)	-	-	2.940	3.148
Engenharia São Patrício	-	-	103	92
Gera Geradora de Energia do Amazonas	-	-	85	85
Petrobras Distribuidora S.A.	-	-	425	228
Vibra Energia S.A.	-	-	150	-
Wartsila (Brasil e Filândia)	-	-	1.441	1.673
Outros fornecedores	<u>2</u>	<u>16</u>	<u>946</u>	<u>383</u>
Total	<u><u>2</u></u>	<u><u>16</u></u>	<u><u>6.090</u></u>	<u><u>5.609</u></u>
Circulante	2	16	6.090	5.554
Não circulante	-	-	-	55
Total	<u><u>2</u></u>	<u><u>16</u></u>	<u><u>6.090</u></u>	<u><u>5.609</u></u>

- (a) A controladas AGL e ARE aderiram à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco à Conta Bandeiras (gerida pela CCEE), no valor de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até 21/12/2040 (AGL) e 25/02/2041 (ARE).

16 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Vencimento principal	Taxas efetiva	Controladora				
			Encargos	Circulante	Não circulante	2022	2021
Bradesco S.A. Debentures (a)	nov/23	CDI +	-	82.029	-	82.029	159.038
(-) Custos de transação		2,06% a.a.	-	(733)	-	(733)	(1.534)
Subtotal			-	81.296	-	81.296	157.504
Total			-	81.296	-	81.296	157.504
Circulante			-	81.296	-	81.296	76.208
Não circulante			-	-	-	-	81.296
Total			-	81.296	-	81.296	157.504

- (a) Em 25 de outubro de 2021, foi assinado o contrato de emissão referente a 76.500 debêntures (GFM) e 80.100 debêntures (GFT), emitidas na 1.ª emissão de série única com o Banco Bradesco BBI S.A. no valor de R\$1 cada, totalizando R\$ 76.500 (GFM) e R\$ 80.100 (GFT) com vencimento em 30 de novembro de 2023, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 2,06% ao ano. Em 06 de dezembro de 2021 ocorreu o 1.º aditivo ao contrato de debêntures, alterando a definição da Escritura de Emissão, em razão da convocação da espécie das debêntures para “com garantia real”. Em 10 de janeiro de 2022, ocorreu o 2.º aditivo ao contrato de debêntures, em razão da incorporação das empresas GFM Participações S.A. e da GFT Participações S.A., conforme atos societários de 23 de dezembro de 2021, passando a TEP a ser a emissora das debêntures e, 1.ª e 2.ª emissão de série única da Companhia.

	Vencimento principal	Taxas efetiva	Consolidado				
			Encargos	Circulante	Não circulante	2022	2021
Banco Bradesco S.A. (a)	nov/23	CDI + 2,06%	-	82.029	-	82.029	159.038
(-) Custos de transação		a.a.	-	(733)	-	(733)	(1.534)
Subtotal			-	81.296	-	81.296	157.504
Banco do Brasil - CCB (b)	out/23	CDI + 2,33%	790	65.545	-	66.335	110.387
(-) Custos de transação		a.a.	-	(427)	-	(427)	(994)
Subtotal			790	65.118	-	65.908	109.393
Total			790	146.414	-	147.204	266.897
Circulante			790	146.414	-	147.204	120.483
Não circulante			-	-	-	-	146.414
Total			790	146.414	-	147.204	266.897

- (a) Cédula de Crédito Bancária (CCB) assinada em 2 de outubro de 2020 com o Banco do Brasil S.A. no montante de R\$165.000 para a viabilização da conversão dos motores para uso exclusivo de gás natural como combustível e substituição das dívidas junto ao BASA e SUDAM, com vencimento em 2 de outubro de 2023. Tem incidência de encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais juros fixos de 2,33% ao ano.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures está assim demonstrada:

	Controladora		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Captação de empréstimos	156.600	-	156.600
Juros e variações monetárias provisionadas	2.438	-	2.438
Aquisição dos custos de captação	(1.534)	-	(1.534)
Transferências	(81.296)	81.296	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	76.208	81.296	157.504
Juros e variações monetárias provisionadas	17.541	-	17.541
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(19.978)	-	(19.978)
Amortização dos custos de captação	801	-	801
Transferências	81.296	(81.296)	-
Pagamentos de principal	(74.572)	-	(74.572)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	81.296	-	81.296

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	40.469	143.189	183.658
Incorporação de empréstimos	156.600	-	156.600
Juros e variações monetárias provisionadas	12.853	-	12.853
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(9.898)	-	(9.898)
Aquisição dos custos de captação	(1.534)	-	(1.534)
Amortização dos custos de captação	956	-	956
Transferências	(3.225)	3.225	-
Pagamentos de principal	(75.738)	-	(75.738)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	120.483	146.414	266.897
Juros e variações monetárias provisionadas	29.887	-	29.887
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(32.227)	-	(32.227)
Amortização dos custos de captação	1.368	-	1.368
Transferências	146.414	(146.414)	-
Pagamentos de principal	(118.721)	-	(118.721)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	147.204	-	147.204

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

TEP Termoelétrica Potiguar S.A.

Foi firmado um contrato de Penhor de Direito de Crédito com a Água Limpa Energia S.A e Areia Energia S.A (“contrato de Garantia”) outorgando ao debenturista o direito de 70% dos recebíveis dos contratos de compra e venda de Energia CT - Proinfa/PCH - MRE - 036/2004 e 037/2004.

Foram firmados, também, dois contratos de alienação fiduciária de ações, pelos quais a TEP dá em garantia 50.000 ações, referentes à CEM e a GPE dá em garantia 106.000 ações, referentes à TEP ao debenturista.

Tipo do Financiamento Garantias

Debêntures	1 – Penhor de 70% dos direitos creditórios, de titularidade da Água Limpa e Areia Energia; 2- Alienação Fiduciária de ações equivalente a totalidade das ações de emissão da CEM de titularidade da TEP; 3 - Alienação Fiduciária de ações equivalente a totalidade das ações de emissão da TEP de titularidade da GPE.
------------	---

Companhia Energética Manauara

A Companhia deve manter com o banco, durante todo o prazo de vigência dos instrumentos de crédito, a conta vinculada, com as características e funções a seguir:

- (a) Para segurança do principal da dívida e das demais obrigações a Companhia transferiu fiduciariamente ao Banco do Brasil S.A em caráter irrevogável e irretroatável, por esta e na melhor forma de direito, a modo “*pro-solvendo*” e sob condição resolutiva, a totalidade dos direitos creditórios que forem depositados ou transitarem pela conta reserva.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia cumpriu integralmente as exigências do contrato de empréstimo com o Banco do Brasil S.A. anteriormente descritas.

As demais garantias das operações são as seguintes:

Tipo do Financiamento	Garantias
CCB	1 - Hipoteca do terreno e suas benfeitorias; 2- Cessão fiduciária de direitos sobre créditos na conta reserva e dos direitos emergentes 3- Penhor da totalidade dos recebíveis dos créditos 4- Alienação fiduciária dos bens em garantias 5- Seguros dos bens em garantias 6 – Aval da TEP Termoelétrica Potiguar S.A.

Os contratos incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos *covenants*, conforme apresentado a seguir:

Cláusula restritiva <i>covenant</i>	Requerimentos	Instituição
Cédula de Crédito Bancária	Conta Reserva com recurso mínimo de R\$ 6.000.000,00 Relação de dívida financeira líquida/EBITDA (ajustado efeito caixa do CPC06(R2)) inferior a 2,5	BB

17 Impostos diferidos

	Consolidado	
	2022	2021
	Passivo	Passivo
Impostos diferidos - vendas para entidades governamentais (a):		
Diferenças temporárias - Imposto de renda e contribuição social	-	(2.404)
Impostos diferidos - efeito no resultado		
Reconhecimento do arrendamento mercantil (b)	15.018	20.159
Diferenças temporárias	(615)	(515)
Total	<u>14.403</u>	<u>17.240</u>
Efeito no resultado	<u>2.837</u>	<u>6.828</u>

- (a) A controlada CEM apura e recolhe com diferimento os tributos incidentes sobre suas vendas: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, efetuando os recolhimentos dos tributos pelo regime de caixa, com base no Decreto n.º 3.000/99, artigo 409; no Decreto-lei n.º 1.598/77, artigo 10, § 3.º; na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 21/79; e na Lei n.º 9.718/98, artigo 7.º, parágrafo único.
- (b) Os impostos diferidos passivos sobre o reconhecimento do arrendamento mercantil, IRPJ e CSLL, foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil, calculados à alíquota fiscal combinada efetiva de 15,25%, devido ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda.

18 Contingências

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perdas nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

As principais demandas judiciais são as seguintes:

- (a) As controladas AGL e ARE são autoras de ação de desapropriação por utilidade pública em trâmite na Justiça Estadual de Tocantins de parte da área onde está localizada a PCH. O objeto da ação é a determinação do valor de avaliação do imóvel, destinado às instalações da PCH. Contudo, a Companhia já tem a posse das áreas envolvidas.

Não há processos avaliados, pelos assessores jurídicos, como perda provável, nas esferas: trabalhista, cível e de natureza tributária, desta forma nenhuma provisão para perdas necessita ser constituída.

- (b) Na controladora CEM as contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas. As classificadas como possíveis estão evidenciadas nesta nota. Esses processos se encontram em discussão nas esferas administrativas e/ou judicial, em diversas instâncias.

Os processos avaliados, pelos assessores jurídicos, como perda possível, que não requerem a necessidade de provisão seriam: processos de natureza cível no montante de R\$55.000 e de natureza tributária no montante de R\$94.

Depósito judicial

Em 31 de dezembro de 2022 e em 2021, a Companhia tinha depósitos judiciais relativos a este processo no montante de R\$6 (AGL) e R\$224 (ARE). Possibilidade de perda remota.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia não há expectativas de perdas prováveis nas demandas judiciais em andamento. Dessa forma nenhuma provisão para perdas foi constituída.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia no montante de R\$106.002 (em 2021, R\$106.002) está representado 106.002.000 ações ordinárias, sem valor nominal (em 2021, 106.002.000 ações ordinárias, sem valor nominal) e distribuído da seguinte forma:

	Quantidade de ações	%
Acionista		
Global Participações em Energia S.A.	94.978.110	89,60
Fernando Wilson Magalhães Junior	10.671.751	10,07
José Cordeiro de Almeida Neto	<u>352.139</u>	<u>0,33</u>
Total	<u>106.002.000</u>	<u>100</u>

b. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social; após esta destinação, o saldo remanescente, sem limite estabelecido, terá a aplicação que a Assembleia Geral definir.

Em 2022, houve constituição de R\$4.170 (Em 2020, R\$3.722).

Reserva de lucros retidos

A Companhia destinou à conta de reserva de lucros (lucro retido) o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no valor de R\$59.417 (R\$53.040, em 31 de dezembro de 2021) observado o disposto no artigo 194 da Lei n.º 6.404/76.

Excesso de reservas de lucros

Conforme determina a Lei das S.A. em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía saldo de reservas de lucros superior ao capital social.

c. Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, bem como dos demais ajustes previstos no artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

Em 25 de março de 2022, a controlada CEM, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$22.600 (R\$0,50 por lote de mil ações) referentes a dividendos intermediários correspondentes à conta de reserva de lucro do exercício de 2021, os quais foram pagos no transcorrer do ano de 2022 conforme disponibilidade de caixa.

Em 12 de abril de 2022, a controlada CEM, por meio da Assembleia Geral Ordinária aprovou a distribuição de R\$17.000 (R\$0,37 por lote de mil ações) referentes a dividendos intermediários relativos ao exercício de 2021 e R\$10.520 (R\$0,23 por lote de mil ações) referentes a dividendos adicionais complementares correspondentes ao saldo de lucros retidos no fim do exercício de 2021 e totalmente pagos no transcorrer do ano de 2022 conforme disponibilidade de caixa.

Em 13 de maio de 2022, a controlada CEM, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$26.000 (R\$0,57 por lote de mil ações) referentes a dividendos intermediários correspondentes à conta de reserva de lucro do exercício de 2021, os quais foram pagos no transcorrer do ano de 2022 conforme disponibilidade de caixa.

Em 30 de junho de 2022, a controlada CEM, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$30.000 (R\$0,67 por lote de mil ações) referentes a dividendos intermediários correspondentes à conta de reserva de lucro do exercício de 2021, os quais foram parcialmente pagos no transcorrer do ano de 2022 conforme disponibilidade de caixa.

Em 18 de agosto de 2022 a controlada CEM, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$7.000 (R\$0,15 por lote de mil ações) rendimentos de juros sobre capital próprio referentes ao 1.º semestre de 2022, os quais foram pagos no transcorrer do ano de 2022 conforme disponibilidade de caixa.

Em 23 de dezembro de 2022 a controlada CEM, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$5.000 (R\$0,11 por lote de mil ações) rendimentos de juros sobre capital próprio referentes ao 2.º semestre de 2022, os quais serão pagos no transcorrer do ano de 2023 conforme disponibilidade de caixa.

Em 25 de março de 2022, a controlada AGL aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de R\$31.709, sendo R\$7.927 como dividendos mínimos obrigatórios e R\$23.782 como dividendos adicionais (R\$0,77 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, os quais foram totalmente quitados no transcorrer do exercício de 2022, conforme disponibilidade de caixa.

Em 10 de novembro de 2022, a controlada AGL aprovou, em Reunião de Conselho de Administração, a distribuição de R\$15.500 como dividendos intermediários relativos ao primeiro semestre de 2022, a serem distribuídos conforme disponibilidade de caixa.

Em 25 de março de 2022, a controlada ARE aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de R\$24.558, sendo R\$6.140 como dividendos mínimos obrigatórios e R\$18.418 como dividendos adicionais (R\$0,61 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, os quais foram totalmente quitados no transcorrer do exercício de 2022, conforme disponibilidade de caixa.

Em 10 de novembro de 2022, a controlada ARE aprovou, em Reunião de Conselho de Administração, a distribuição de R\$11.000 como dividendos intermediários relativos ao primeiro semestre de 2022, a serem distribuídos conforme disponibilidade de caixa.

Em 25 de março de 2022, a Controladora aprovou, em Reunião de Conselho de Administração, a distribuição de R\$31.000 como dividendos adicionais (R\$0,29 por lote de mil ações), os quais foram totalmente quitados no transcorrer do exercício de 2022, conforme disponibilidade de caixa.

Em 13 de abril de 2022, a Controladora aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de R\$70.720, sendo R\$17.680 como dividendos mínimos obrigatórios e R\$53.040 como dividendos adicionais (R\$0,50 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, os quais foram parcialmente quitados no transcorrer do exercício de 2022, conforme disponibilidade de caixa.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo dividendos a pagar 2020	8.134	14.218
Dividendos propostos referente a 2019	8.500	8.500
Dividendos propostos referente a 2020	24.400	31.029
Reversão de dividendos a pagar	(13.430)	(13.430)
Dividendos adicionais a pagar de 2021	17.000	17.082
Dividendos mínimos obrigatórios de 2021	680	4.979
Dividendos pagos	<u>(27.604)</u>	<u>(40.139)</u>
Saldo dividendos adicionais a pagar 2021	17.680	22.239
Dividendos propostos referente a 2021	84.040	97.364
Dividendos Intermediários 2022	-	8.098
Juros sobre capital próprio de 2022	-	58
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	(9)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	19.806	19.806
Dividendos pagos	<u>(69.240)</u>	<u>(91.714)</u>
Saldo dividendos adicionais a pagar 2022	<u><u>52.286</u></u>	<u><u>55.842</u></u>

Lucro por ações

O lucro básico e diluído por lote de mil ações dar-se-á da seguinte forma:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	83.393	74.442
Média ponderada de ação por lote de mil	<u>106.002</u>	<u>18.216</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u><u>0,787</u></u>	<u><u>4,087</u></u>

Base para dividendos mínimos obrigatórios

	2022	2021
Lucro líquido em 31 de dezembro	83.393	74.442
Reserva legal	<u>(4.170)</u>	<u>(3.722)</u>
Base para dividendos	<u>79.223</u>	<u>70.720</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	19.806	17.680
Dividendos antecipados	<u>-</u>	<u>(17.000)</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u><u>19.806</u></u>	<u><u>680</u></u>

20 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>		Taxa efetiva	<u>Consolidado</u>	
	2022	2021		2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	83.393	75.358		116.289	111.217
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL (34%)	(28.354)	(25.622)		(39.538)	(37.814)
Diferenças temporárias e permanentes					
Adições	-	-		(1.001)	1.897
Exclusões	-	-		248	(352)
Ajuste decorrente da aplicação do pronunciamento técnico CPC 06	-	-		(1.516)	(14.333)
Lucros Contratos Celebrados Entidades Governamentais-2021 (Regime	-	-		(9.225)	-
Juros sobre capital próprio	-	-		4.080	-
Atualização Saldo Crédito Habilitado PIS/COFINS	-	-		3.024	-
Demais adições e exclusões	<u>28.354</u>	<u>24.703</u>		<u>15.314</u>	<u>25.975</u>
Impostos correntes sobre lucro real	-	(919)		(28.614)	(24.627)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-		(2.937)	(2.339)
Imposto de renda e contribuição social	-	(919)	27,13%	31.551	(26.966)
Incentivos fiscais do imposto de renda	-	3		14.533	14.775
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>-</u>	<u>-</u>		<u>2.837</u>	<u>6.828</u>
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u><u>-</u></u>	<u><u>(916)</u></u>		<u><u>48.921</u></u>	<u><u>(5.363)</u></u>

21 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2022	2021
Receita de venda de energia (a)	125.443	110.867
Receita de venda de energia por disponibilidade (b)	59.729	59.646
Deduções de venda		
PIS	(3.393)	(2.815)
COFINS	(15.633)	(12.971)
ICMS	(46.884)	(48.296)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(1.525)	(1.289)
Total	117.737	105.142

- (a) Receita de venda de energia: refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte e Eletrobras. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com a Eletronorte e Eletrobras.
- (b) Receita com venda de energia por disponibilidade: refere-se a potência contratada (obrigações de desempenho ao longo do tempo), referente a receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos, dentre eles: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos decorrentes do consumo de insumos e/ou combustível e da operação e manutenção da usina referente à geração inflexível; (iv) custos de seguros e garantias da usina; e (v) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto dos contratos de venda de energia elétrica.

22 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custos e despesas com pessoal e administradores	(711)	(577)	(6.937)	(6.143)
Depreciação e amortização	(196)	(196)	(7.681)	(11.520)
Custo de utilização do sistema de distribuição	-	-	(1.087)	(988)
Custos com manutenção e operação (a)	-	-	(28.375)	(37.566)
Risco hidrológico (b)	-	-	-	9.717
Custos e despesas com seguros	-	-	(2.085)	(2.707)
Despesas com viagens e comunicações	(6)	-	(543)	(303)
Serviços de terceiros	-	(3)	(1.499)	(1.047)
Assessoria e consultoria	(312)	(347)	(4.249)	(3.503)
Tributos (c)	(24)	18	6.690	1.379
Outras despesas (receitas)	(30)	1.152	421	(371)
Total	(1.279)	47	(45.345)	(53.052)
Classificados como:				
Custos de operação e manutenção	-	-	(35.673)	(40.977)
Despesas gerais e administrativas	(1.279)	(1.210)	(1.995)	(12.280)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	1.257	(7.677)	205
Total	(1.279)	47	(45.345)	(53.052)

- (a) Os motogeradores convertidos da controlada CEM, tiveram os horímetros zerados e voltaram ao estado de motores novos, com menor custo de operação e manutenção. Ver NE 9.

- (b) A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE calculou que a fração do GSF de 2013 e 2014 relacionada a tais eventos trouxe para a Companhia impacto financeiro atualizado de R\$ 4.152 na ARE e R\$ 5.565 na AGL. Por sua vez, a ANEEL homologou o cálculo da CCEE e o transformou em prazo de extensão de outorga (768 dias – ARE e 754 dias - AGL), para sua devida compensação, publicando a Resolução Homologatória nº 2.932 em 17 de setembro de 2021. Desta maneira, a Companhia reconheceu um ativo intangível constituído pela repactuação do risco hidrológico ao valor justo de R\$ 4.152 na ARE e R\$ 5.565 na AGL, considerando as informações calculadas pela CCEE e ANEEL e observando os aspectos e condições previstas no CPC04 – Ativo Intangível.
- (c) Refere-se, principalmente a controlada CEM, sobre a habilitação do crédito tributário na RFB através dos processos administrativos decorrentes da decisão judicial.

23 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimento de aplicações financeiras	420	59	3.507	1.577
Atualização Saldo de Lucros Inflacionários	-	-	71	-
Atualização Saldo Crédito Habilitado PIS/COFINS (a)	-	-	8.895	-
Juros recebidos sobre contrato de mútuo	2.219	5.574	2.219	5.574
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.230)	(262)	(1.773)	(819)
Correção Receita Financeira Leasing - CPC 06 (R2) (b)	-	-	12.821	16.543
Receita Financeira Leasing - CPC 06 (R2) (c)	-	-	51.430	30.958
Variações cambiais positivas	-	-	13	3.283
Outras receitas financeiras, líquidas	51	2	657	14.205
Subtotal	1.460	5.373	77.840	71.321
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (d)	(17.541)	-	(29.887)	(10.415)
Amortização de custo de captação	(801)	-	(1.368)	(956)
Juros sobre contrato de mútuo	(549)	(201)	(549)	(201)
Variações cambiais negativas	-	-	(1.864)	(158)
Outras despesas financeiras, líquidas	(2)	(1)	(275)	(464)
Subtotal	(18.893)	(202)	(33.943)	(12.194)
Total	(17.433)	5.171	43.897	59.127

- (a) Refere-se a atualização pela SELIC do crédito tributário habilitado na RFB através dos processos decorrentes da decisão judicial.
- (b) Refere-se ao reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o arrendamento mercantil.
- (c) Refere-se à atualização do arrendamento mercantil pelo IGP-M conforme estabelecido em contrato.
- (d) Conforme NE16 a controlada TEP reconheceu os juros e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures.

24 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados a valor justo, se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

	Controladora			Níveis
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total	
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	381	-	381	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	36.156	-	36.156	-
Outras contas a receber	416	-	416	-
<u>Total</u>	36.953	-	36.953	
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	2	-	2	-
Empréstimos e financiamentos	-	81.296	81.296	Nível II
Dividendos à pagar	52.286	-	52.286	-
<u>Total</u>	52.288	81.296	133.584	
<u>Consolidado</u>				
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total	Níveis
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	790	37.490	38.280	Nível II
Depósito bancários vinculados	-	6.263	6.263	Nível II
Contas a receber	48.547	-	48.547	-
Arrendamento mercantil a receber	-	137.267	137.267	-
Outras contas a receber	52.243	49	52.292	-
<u>Total</u>	101.580	181.069	282.649	
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	6.090	-	6.090	-
Empréstimos e financiamentos	-	147.204	147.204	Nível II
Dividendos à pagar	55.842	-	55.842	-
Outras contas a pagar	1.651	-	1.651	-
<u>Total</u>	63.583	147.204	210.787	

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas apresentam exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais da Companhia e suas controladas estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Controladoria supervisiona a forma como a Administração monitora o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco.

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco a seguir:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas.

Para mitigar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes, a Companhia e suas controladas entendem que os riscos de inadimplência por parte destes clientes são baixos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Companhia e suas controladas avaliam seus históricos de recebimentos e não identificaram exposição ao risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contrato de garantias financeiras. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, rateia a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia e suas controladas ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A abordagem da Companhia e suas controladas na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a sua reputação.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia e suas controladas, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Estas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitaram a capacidade de condução do curso normal das operações.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Passivos financeiros não derivativos	Cenário	Taxas	Valor Contábil	Controladora	
				Fluxo de caixa contratual 12 meses	36 meses
Fornecedores	Alta do IPCA	5,42%	2	2	-
Empréstimos e financiamentos	Alta da CDI	13,30%	81.296	85.701	-
Dividendos à pagar	Alta do IPCA	5,42%	52.286	55.119	-
Total			133.584	140.822	-

Passivos financeiros não derivativos	Cenário	Taxas	Valor Contábil	Consolidado	
				Fluxo de caixa contratual 12 meses	36 meses
Fornecedores	Alta do IPCA	5,42%	6.090	6.420	-
Empréstimos e financiamentos	Alta da CDI	13,30%	147.204	166.782	-
Dividendos à pagar	Alta do IPCA	5,42%	55.842	58.868	-
Outras contas a pagar	Baixa Selic	13,40%	1.651	252	1.620
Total			210.787	232.322	1.620

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas ou ganho por conta das flutuações no câmbio no resultado financeiro, relativas à aquisição de peças em outras moedas.

Taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas cotações de moedas estrangeiras. A Companhia e suas controladas não possui compromissos em valores significativos de compras contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a estes passivos surge em razão da possibilidade de flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os seus saldos. Em 2022 a controlada CEM obteve de variação cambial líquida negativa de R\$1.851 (Em 2021 variação cambial líquida positiva de R\$3.125).

Taxa de juros

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia e suas controladas. Para mitigar esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas vêm negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI (certificado de depósito bancário) e fundos de renda fixa.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras e de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas oferecem o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2023. Na projeção do cenário II (possível), esta média foi aumentada em 25%, e para o cenário III (remoto), aumentada em 50%.

		Controladora						
Modalidade	Risco	Cenário			Contábil	Saldo		
		Provável I (*)	Possível II 25%	Remoto III 50%		Provável I	Possível II 25%	Remoto III 50%
Passivo - Empréstimos e financiamentos								
Banco Bradesco S.A.	Alta da CDI	13,30%	16,63%	19,95%	(81.296)	(92.108)	(94.811)	(97.515)
Total empréstimos e financiamentos					<u>(81.296)</u>	<u>(92.108)</u>	<u>(94.811)</u>	<u>(97.515)</u>
Ativo - Partes relacionadas								
Contratos de mútuo	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	11.116	12.594	12.225	11.855
Total ativo partes relacionadas					<u>11.116</u>	<u>12.594</u>	<u>12.225</u>	<u>11.855</u>
Ativo - Aplicações financeiras								
Banco Santander S.A.	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	381	432	419	406
Total depósitos bancários vinculados					<u>381</u>	<u>432</u>	<u>419</u>	<u>406</u>
Total líquido					<u>(69.799)</u>	<u>(79.082)</u>	<u>(82.167)</u>	<u>(85.254)</u>
* Fonte: Banco Santander	Efeito líquido no resultado				<u>-</u>	<u>(9.283)</u>	<u>(12.368)</u>	<u>(15.455)</u>

		Consolidado						
Modalidade	Risco	Cenário			Contábil	Saldo		
		Provável I (*)	Possível II 25%	Remoto III 50%		Provável I	Possível II 25%	Remoto III 50%
Passivo - Empréstimos e financiamentos								
Banco do Brasil S.A.	Alta da CDI	13,30%	16,63%	19,95%	(65.908)	(74.674)	(76.865)	(79.057)
Banco Bradesco S.A.	Alta da CDI	13,30%	16,63%	19,95%	(81.296)	(92.108)	(94.811)	(97.515)
Total empréstimos e financiamentos					<u>(147.204)</u>	<u>(166.782)</u>	<u>(171.677)</u>	<u>(176.572)</u>
Ativo - Partes relacionadas								
Contratos de mútuo	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	11.116	12.594	12.225	11.855
Total ativo partes relacionadas					<u>11.116</u>	<u>12.594</u>	<u>12.225</u>	<u>11.855</u>
Ativo - Aplicações financeiras								
Caixa Econômica Federal	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	92	104	101	98
Banco do Brasil	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	5	6	5	5
Banco Itaú	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	13.044	14.779	14.345	13.911
Banco Santander S.A.	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	696	789	765	742
Banco XP Investimentos	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	24.441	27.692	26.879	26.066
Total aplicações financeiras					<u>38.278</u>	<u>43.370</u>	<u>42.095</u>	<u>40.822</u>
Ativo - Depósitos bancários vinculados								
Banco do Brasil	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	6.263	7.096	6.888	6.679
Total depósitos bancários vinculados					<u>6.263</u>	<u>7.096</u>	<u>6.888</u>	<u>6.679</u>
Total líquido					<u>(91.547)</u>	<u>(103.722)</u>	<u>(110.469)</u>	<u>(117.216)</u>
* Fonte: Banco Santander	Efeito líquido no resultado				<u>-</u>	<u>(12.175)</u>	<u>(18.922)</u>	<u>(25.669)</u>

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes aos acionistas, representados por pessoas físicas e jurídicas. O objetivo principal da administração de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas.

Política de preços (ambiente regulatório)

Para CEM

Existe um contrato bilateral entre a controlada CEM e a Eletronorte de fornecimento do que é enquadrado como arrendamento mercantil financeiro. A controlada CEM não possui proteção para esse tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes.

Para AGL e ARE

O contrato de fornecimento de energia elétrica foi celebrado no ambiente regulatório, no âmbito do PROINFA com a Eletrobras. A Companhia não tem proteção para este tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes e o órgão regulador ANEEL.

Quanto à escassez de combustível

A controlada CEM gera energia por meio de UTE. Uma situação extrema, em que não haja oferta de gás natural pelo mercado, implicaria a redução de receita. Considerando a conversão dos motores para operação com 100% gás natural, a controlada CEM não faz mais aquisições de óleo combustível, com isso uma possível escassez deste combustível não apresenta riscos para a operação. A Eletronorte é responsável pelo fornecimento do gás natural, não sendo a controlada CEM responsável por este contrato, atuando apenas no seu consumo para geração de energia. A controlada CEM entende não haver riscos relevantes que justifique o reconhecimento de perdas.

Quanto à escassez de chuva

As controladas AGL e ARE geram energia por meio de uma PCH. Um período prolongado de escassez de chuva reduzirá o volume de água nos reservatórios. Numa situação extrema isso implicaria redução de receita. A fim de mitigar esse risco, as controladas AGL e ARE aderiram ao MRE – Mecanismo de Realocação de Energia, que corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que quando um dos consorciados não consegue suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio. Ademais, as controladas AGL e ARE repactuaram o risco hidrológico em 2016, de modo a transferir para o consumidor o risco de escassez hídrica, mediante pagamento de um prêmio de risco. As controladas AGL e ARE entendem não haver riscos associados em 2022 em função do saldo ser positivo.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia e suas controladas, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos, desta forma não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

25 Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia TEP possuía em contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$235, relacionados com:

- Assessoria e gestão no valor de R\$235, com vigência indeterminada.

Em 31 de dezembro de 2022, as controladas AGL e ARE possuíam contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$2.602 (Água Limpa) R\$2.019 (Areia), relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia no valor de R\$413 (Água Limpa) e R\$324 (Areia), com vigência até 26 de dezembro de 2031.
- Operação e manutenção das usinas no valor de R\$1.717 (Água Limpa) e R\$1.310 (Areia), com vigência até 31 de outubro de 2034.
- Assessoria e gestão no valor de R\$413 (Água Limpa) e R\$385 (Areia), com vigência indeterminada.

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada CEM possuía contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$20.809, relacionados com:

- Taxas de fiscalização da ANEEL de R\$232, com vigência indeterminada.
- Operação e manutenção das usinas de R\$19.127, com vigência até maio de 2026.
- Serviços gerais de R\$313, com vigência indeterminada.
- Assessoria e gestão de R\$1.137, com vigência indeterminada.
- Contrato bilateral de venda de energia R\$216.840, com vigência até maio de 2025.

26 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

As principais transações que não afetaram o caixa em estão descritas a seguir:

Exercício de 2021 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.269 (AGL), R\$1.845 (ARE) e R\$18.656 (CEM);
- Repactuação do intangível contra custo no montante de R\$ 5.565 (AGL) e R\$ 4.152 (ARE);
- Dividendos mínimos propostos no montante de R\$ 7.927 (AGL), R\$ R\$ 6.140 (ARE) e R\$ 6.880 (CEM).

Exercício de 2022 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.570 (AGL), R\$1.959 (ARE) e R\$32.037 (CEM);
- Dividendos mínimos propostos no montante de R\$ 6.525 (AGL) e R\$ 4.665 (ARE).